



# Pedro e Roma no Cristianismo Primitivo até o Século III

Peter and Rome in Early Christianity  
until the Third Century

*Antonio Luiz Catelan Ferreira\**

PUC-Rio

*Thiago Mariz Esteves de Souza\*\**

PUC-Rio

*Claudio Jacinto da Silva\*\*\**

PUC-Rio

Recebido em: 28/08/2025. Aceito em: 09/12/2025.

**Resumo:** *Este artigo examina a relação entre o apóstolo Pedro e a Igreja de Roma nos três primeiros séculos. Analisa como a tradição do martírio de Pedro e a formulação da sucessão apostólica fundamentaram a autoridade da Igreja de Roma no cristianismo primitivo. A primeira parte aborda a construção da narrativa do martírio de Pedro em Roma, a partir de fontes apócrifas, patrísticas e registros históricos. São analisados textos de Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Irineu de Lyon, Tertuliano e Eusébio. O artigo demonstra como essa memória foi utilizada para reforçar a identidade e a legitimidade da comunidade cristã romana. A segunda parte discute o desenvolvimento da doutrina da sucessão apostólica e sua centralidade na consolidação da primazia do bispo de Roma. Aborda as contribuições de Irineu e a reflexão teológica de Joseph Ratzinger, especialmente sobre a sucessão como princípio eclesial e sacramental. A*

\* Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, professor no Departamento de Teologia da PUC-Rio, Membro da Comissão Teológica Internacional. E-mail: catelanferreira@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1432-3153>.

\*\* Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutorando pela mesma Universidade. E-mail: thidiplomata@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3054-7524>.

\*\*\* Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutorando pela mesma Universidade. E-mail: claudio\_jacinto@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7912-5030>.



*pesquisa evidencia que a sucessão apostólica, vinculada à memória do martírio de Pedro, foi decisiva para a configuração da autoridade episcopal romana. O estudo contribui para a compreensão histórica e teológica da primazia romana e de sua relevância no contexto do diálogo ecumênico contemporâneo.*

**Palavras-chave:** *Sucessão apostólica; sucessão petrina; ecumenismo.*

**Abstract:** *This article examines the relationship between the apostle Peter and the Church of Rome during the first three centuries. It analyzes how the tradition of Peter's martyrdom and the development of apostolic succession shaped the authority of the Roman Church in early Christianity. The first section addresses the construction of the martyrdom narrative of Peter in Rome, based on apocryphal sources, patristic writings, and historical records. Texts from Clement of Rome, Ignatius of Antioch, Irenaeus of Lyon, Tertullian, and Eusebius are analyzed. The article shows how this memory reinforced the identity and legitimacy of the Roman Christian community. The second section discusses the development of the doctrine of apostolic succession and its centrality in consolidating the primacy of the bishop of Rome. It examines the contributions of Irenaeus and the theological reflection of Joseph Ratzinger, particularly regarding succession as an ecclesial and sacramental principle. The research demonstrates that apostolic succession, linked to the memory of Peter's martyrdom, was decisive for the formation of Roman episcopal authority. The study contributes to the historical and theological understanding of Roman primacy and its relevance in the context of contemporary ecumenical dialogue.*

**Keywords:** *Apostolic succession; petrine succession; ecumenism.*

## Introdução

A relação entre o apóstolo Pedro e a Igreja de Roma ocupa lugar central na configuração da autoridade cristã nos primeiros séculos. Entre os séculos I e III, desenvolveu-se a tradição que associa Pedro à comunidade cristã em Roma e ao seu martírio nesta cidade. Ainda que os detalhes históricos permaneçam incertos, essa tradição teve impacto relevante na consolidação da identidade da Igreja de Roma e no modo como ela passou a se relacionar com outras comunidades.

Este artigo fundamenta-se em duas hipóteses centrais: A primeira sustenta que a crença no martírio de Pedro em Roma desempenhou um papel decisivo na consolidação da autoridade da Igreja Romana no cristianismo primitivo e a segunda defende que a formulação da doutrina da sucessão apostólica, ancorada na figura de Pedro, serviu como base teológica para a afirmação da primazia do bispo de Roma e para a configuração hierárquica da Igreja.

A análise concentra-se no período entre os séculos I e III no contexto romano e se utiliza da metodologia histórico-teológica, com base em



fontes patrísticas como Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Irineu de Lião e Tertuliano, bem como estudos de Joachim Gnilka e Joseph Ratzinger. O objetivo é examinar os elementos históricos e teológicos que permitiram à Igreja de Roma articular sua autoridade a partir da figura de Pedro.

O artigo organiza-se em duas partes: a primeira analisa a construção da narrativa do martírio de Pedro e suas implicações para a identidade e a coesão da comunidade romana e a segunda aborda o desenvolvimento da doutrina da sucessão apostólica e seu papel na consolidação da autoridade episcopal em Roma.

## 1 O martírio de Pedro em Roma e a construção da autoridade espiritual

### 1.1 A construção da narrativa do martírio de Pedro em Roma: a tradição apócrifa

A morte de Pedro não é registrada diretamente nas fontes mais antigas, especialmente nos *Atos dos Apóstolos*. Diante disso, a pesquisa depende de testemunhos indiretos e reconstruções hipotéticas (Cullmann, 1964, p. 77-78). Tal silêncio se torna mais intrigante, principalmente quando o livro de Lucas descreve detalhadamente a permanência de Paulo na cidade. Também nas cartas paulinas, Pedro não é citado, nem mesmo quando Paulo menciona diversos colaboradores romanos. Essa omissão levanta dúvidas sobre a verossimilhança da presença de Pedro na capital imperial. Nessa direção, Cullmann observa que:

*Que fontes entram em cogitação para o problema da presença e do martírio de Pedro em Roma? Os documentos cristãos mais antigos, as Epístolas de Paulo, não contêm quaisquer indicações, diretas ou indiretas, sobre uma estada de Pedro em Roma e sobre a sua morte. No momento em que Paulo escreve a I Epístola aos Coríntios, Pedro se encontra em plena viagem missionária em companhia de sua esposa (ICor 9, 5). Isso é tudo o que nos contam as Epístolas de Paulo daquela época, sobre Pedro. Desse silêncio, por si só não podemos tirar deduções contra a possibilidade de uma estadia de Pedro em Roma e de seu martírio. Também não é de estranhar que a sua morte não seja citada nas Epístolas de Paulo, pois não é admissível que Pedro tivesse falecido tanto tempo antes de Paulo que este tivesse podido aludir ao fato*



*nalguma de suas cartas. Mas no tocante à estada de Pedro em Roma, o caso é outro* (1964, p. 85-86).

Essa carência documental direta não elimina a relevância do tema. Ao contrário, ela amplia sua complexidade, sobretudo pela conexão entre o martírio de Pedro e a permanência do apóstolo em Roma. Esta questão, como obviamente se pode perceber, possui implicações historicamente estruturantes para a autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana.

Diante disso, torna-se fundamental analisar como a tradição sobre o martírio de Pedro foi sendo construída a partir de fontes apócrifas e patrísticas. Essa construção teve papel decisivo na formação da identidade teológica e institucional da Igreja de Roma. Cullmann ressalta que, embora o tema tenha sido marcado por disputas confessionais, ele “só pode ser tratado com os meios objetivos de ciência histórica” (1964, p.77).

No entanto, antes da análise patrística da questão, faz-se interessante abordar o que a tradição cristã guarda sobre a presença e o martírio de Pedro na Cidade Eterna, ainda que de maneira incipiente.

Segundo a tradição, Pedro teria concluído sua vida entre os romanos, crucificado de cabeça para baixo durante o reinado de Nero. Entretanto, os únicos e mais antigos relatos detalhados sobre sua chegada à capital do império e seu martírio são encontrados em textos apócrifos, especialmente os *Atos de Pedro*,<sup>1</sup> que datam do meado do II século. Nesse livro, a narrativa é bastante lendária e amplamente afastada da realidade histórica, ainda que represente uma devoção antiga que via em Pedro o evangelizador de Roma.

A provável data de chegada de Pedro entre os cristãos romanos difere dessa tradição apócrifa. É pouco provável que tenha chegado já em 42 d.C., visto que participou do concílio em Jerusalém (At 15,1-35), em 49 d.C.. Lactânio em sua obra *De mortibus persecutorum* [s. d.], escreveu que sua ida a Roma ocorreu a partir de 54 d.C., já sob o governo de Nero.

Tradições posteriores situam Pedro em residências específicas: na casa do senador Pudente (atual igreja de Santa Pudenziana), onde tradicionalmente teria celebrado a eucaristia. Na casa de Áquila e Priscila, no *Aventino* (igreja de Santa Prisca). A basílica de São Sebastião – venerada

<sup>1</sup> Mais informações ver: ATOS apócrifos de Pedro. Introdução e tradução de Valtair Afonso Miranda, 2018, p. 12-19.



como *Domus Petri* – conteria uma inscrição atribuída ao papa Dâmaso que lembra a estadia de Pedro e Paulo. A igreja de Santa Maria na *Via Lata* correspondeu à localização de uma residência compartilhada por Pedro, Paulo e Lucas – este último autor dos *Atos dos Apóstolos*. Próximo à *Via Nomentana*, no local chamado *ad nymphas sancti Petri*, acredita-se que Pedro pregava e batizava fiéis.

Há relatos que incluem o confronto entre Pedro e Simão Mago em Roma, mencionado por Eusébio de Cesareia [s. d.] e Justino [s. d.], além de constar no apócrifo *Atos de Pedro*. Segundo essa narrativa, Simão teria chegado durante o império de Cláudio, e Pedro foi a Roma especificamente para contradizê-lo. Simão adquiriu reputação pela prática de “maravilhas mágicas” e recebeu uma estátua com a inscrição *Semoni Deo Sancto*. Uma pedra com sulcos de joelhos, preservada na igreja de Santa Francesca Romana, guardaria a memória do momento em que Pedro orou para que cessassem os encantamentos de Simão.

A tradição narra ainda que, na perseguição promovida por Nero, Pedro e Paulo foram detidos na prisão *Mamertina*. Ali, os carcereiros Processo e Martiniano teriam se convertido após testemunharem um milagre. Pedro teria feito brotar água da rocha Tarpeia, usando-a para batizá-los. Mais tarde, ambos batizados foram executados. Esse local se tornou posteriormente a igreja de *San Pietro in Carcere*. Esse relato é contestado, já que *Mamertina* era destinada a prisioneiros de alta periculosidade. Isso torna improvável que Pedro tenha ali sido detido, a menos que fosse considerado uma ameaça política. Embora não haja evidências certas da permanência dos dois na prisão, a tradição é muito antiga e a transformação da prisão em igreja remonta ao século IV a mando do Papa Silvestre I, em conformidade com a *Cathopedia: Enciclopédia Católica* [s. d.].

A mais conhecida tradição, que relata a estadia e a morte de Pedro, em Roma, é conhecida como *Quo Vadis, Domine*. Ela é apresentada também pelo apócrifo, *Atos de Pedro*. Segunda essa narrativa, após uma suposta fuga de Roma, Pedro teria caminhado pela *Via Ápia* até perto das Termas de *Caracala*, onde perdeu uma faixa que cobria sua perna. Nesta ocasião, encontrou-se com Jesus, que veio ao seu encontro, carregando sua cruz. Quando o apóstolo perguntou ao mestre: “*Domine, quo vadis?*” (Senhor, para onde vais?), ele respondeu: “Vou a Roma para ser crucificado novamente”. Certo de que sua hora estava marcada, Pedro preferiu retornar a Roma para ser crucificado no lugar de seu mestre.



Recapturado, Pedro teria sido crucificado de cabeça para baixo, tendo sido atendido em seu próprio pedido, entre 64 e 67 d.C.. Jerônimo, Tertuliano, Eusébio e Orígenes citam tal episódio (Gnilka, 2006, p. 125).

Essas tradições sobre a presença e o martírio de Pedro em Roma revelam uma memória que foi sendo construída e transmitida com intensidade nos primeiros séculos do cristianismo. Mesmo que careçam de comprovação histórica rigorosa, elas evidenciam a força da devoção à figura do apóstolo na capital do Império e o papel simbólico que essa narrativa assumiu na identidade cristã primitiva.

## 1.2 As implicações do martírio para a Igreja de Roma: a tradição patrística

Os escritos dos Padres da Igreja foram fundamentais para consolidar a conexão entre Pedro e Roma, de um modo mais sistemático. Segundo Gnilka (2006, p. 226), as fontes disponíveis sobre o período são limitadas. Muitos documentos importantes se perderam ao longo do tempo. De diversas cartas, que poderiam oferecer informações valiosas, restam apenas menções indiretas, breves resumos de conteúdo ou citações esparsas. Grande parte do que conhecemos foi preservada graças a Eusébio de Cesareia. Ainda conforme o referido autor, para compreender melhor o papel e o prestígio da comunidade cristã de Roma – e a figura de Pedro – nos primeiros tempos pós-neotestamentários, é essencial examinar uma das cartas mais antigas desse período, que chegou até os tempos atuais, a *Primeira Carta de Clemente de Roma aos Coríntios*. Essa abordagem pode revelar aspectos significativos sobre a importância de Pedro e da Igreja Romana nos primórdios da tradição cristã.

Em relação a esta carta clementina, deve-se notar que não se trata de uma carta encíclica. Ela não é destinada ao conjunto das comunidades cristãs. Trata-se, neste caso, de uma correspondência dirigida, por volta dos anos 95-96 d.C., a uma comunidade concreta: a de Corinto.<sup>2</sup> Para o tema, em questão, essa carta é interessante porque o remetente é a

<sup>2</sup> Embora o remetente desta carta se identifique como sendo a “Igreja de Roma”, posteriormente, haverá a notícia de que “Clemente de Roma teria redigido a carta. Enquanto Irineu ainda conservou a tradição segundo a qual a comunidade de Roma teria escrito uma carta muito importante aos coríntios, na ocasião em que, sob Clemente, surgiu forte divergência de opiniões entre os irmãos dali (*haer.* III 3,3), o bispo Dionísio de Corinto (cerca do ano 170) é o primeiro a atribuir a carta a Clemente”: GNILKA, J., *Pedro e Roma: a figura de Pedro nos dois primeiros séculos*, 2006, p. 227.



comunidade cristã de Roma, e nela, Pedro e Paulo são mencionados em passagens significativas (Gnilka, 2006, p. 227). Isso parece mover, de um modo inédito, a Igreja de Roma a escrever para a Igreja de Corinto, em vista da solução de um problema moral: restaurar a unidade, a paz e a ordem eclesiástica que ameaçava, também, a harmonia de outras comunidades. Esmiuçando o texto de Clemente, Gnilka (2006, p. 229) afirma, em relação ao problema:

*O certo é que alguns se revoltaram contra seus bispos e presbíteros e até se afastaram (42,4; 44,3-5; 47,6). Quantos participaram desse levante, não é também claramente identificável. Ora se fala de alguns (1,1) ou até mesmo somente de uma ou duas pessoas (47,6), e no mesmo instante, porém, diz-se que a comunidade revoltou-se contra os presbíteros. Presumivelmente, os poucos são os incitadores da revolta. Foi uma rebelião dos jovens contra os anciãos.*

No entanto, esta intromissão da Igreja de Roma nos conflitos da comunidade de Corinto deve ser compreendida dentro do contexto de solidariedade e intercâmbio fraterno entre as primeiras comunidades cristãs. Esta “posição romana é ilustrada pela carta de Clemente aos Coríntios, no final do século I, que testemunha a preocupação da Igreja de Roma com o bem-estar de outra Igreja”, segundo o Discatério para a Promoção da Unidade dos Cristãos (2020, p.69). Mesmo sem ter havido solicitação formal por parte dos coríntios, os romanos se sentiram corresponsáveis diante da crise, que não envolvia divergência doutrinária, mas tão somente uma ameaça à harmonia local. Nesta direção, escreve Clemente de Roma (século I, capítulo 7, não paginado): “Caríssimos, escrevemos todas essas coisas, não só para vos advertir, mas também para lembrá-las a nós mesmos. De fato, estamos na mesma arena, e o mesmo combate nos espera”.

É neste contexto que a figura de Pedro, ao lado de Paulo, é mobilizada de forma estratégica, sem recorrer a imposições diretas. Embora o texto não explore longamente a pessoa de Pedro, ele o apresenta como mártir em Roma, associando-o à fundação e ao prestígio apostólico da Igreja Romana. O texto clementino, em seu capítulo 5, narra que:

*Por inveja e ciúme, os pilares mais valiosos e mais importantes sofreram perseguição e foram desafiados até a morte. Dirijamos o olhar para os Santos Apóstolos [...] São Pedro, que, por inveja injusta, sofreu não um ou dois, mas numerosos sofrimentos, e, depois de testemunhar pelo mártírio, ressuscitou para a glória que merecia.*



Essa menção não tem apenas valor memorial. Ela reforça a legitimidade da comunidade que agora intervém em Corinto, indicando que sua autoridade está enraizada no testemunho de figuras fundamentais para o cristianismo primitivo. O exemplo de Pedro, que entregou a vida por Cristo, serve como referência de fidelidade, humildade e obediência, contrastando com a atitude dos líderes coríntios que provocaram divisão. Ao invocar o martírio dos apóstolos, Clemente estabelece um vínculo entre Roma e a tradição apostólica, fortalecendo o apelo à restauração da ordem eclesial. A carta insiste que os apóstolos, como Pedro, instituíram bispos e diáconos, formando uma sucessão legítima. Deste modo, portanto, a evocação de Pedro cumpre uma função dupla: reforça a autoridade moral da Igreja de Roma e oferece um modelo de liderança fiel ao evangelho, com o objetivo de restaurar a comunhão e a unidade entre os coríntios.

As cartas de Inácio de Antioquia estão entre os testemunhos mais antigos que vinculam, quase em atmosfera neotestamentária, a autoridade da Igreja de Roma à memória de Pedro e Paulo<sup>3</sup> Especialmente, a carta destinada aos Romanos em seu capítulo 4: “Não é como Pedro e Paulo que vos ordeno. Eles eram apóstolos, eu um condenado; aqueles, livres, e eu até agora escravo.” Na abertura dessa carta, Inácio de Antioquia define Roma como a Igreja que “preside na caridade” (Gnilka, 2006, p. 229). Essa expressão não é acidental. Ela reflete uma concepção de autoridade fundamentada na comunhão fraterna, no amor e no testemunho dos apóstolos, mais especificamente no martírio que selou sua missão.

Inácio não afirma de forma direta o martírio de Pedro. No entanto, de acordo com Gnilka (2006, p.240), ao se referir a Pedro e Paulo como “livres”, em contraste com sua própria condição de “escravo”, indica que reconhece a morte violenta de ambos em Roma. A liberdade dos apóstolos não é uma condição social, mas teológica. Ela resulta da vitória final no martírio, que conduz à plena união com Cristo.

Ao esperar sua própria morte na arena, Inácio se entrega ao mesmo caminho, seguindo o exemplo dos apóstolos. O martírio, em sua perspectiva, não é apenas uma memória edificante, mas é o critério teológico que sustenta a autoridade. Roma preside na caridade não porque ocupa

<sup>3</sup> “Possuímos ainda dois textos que contêm breves alusões a Pedro e Paulo e que, em todo caso, pertencem contemporaneamente à esfera do Novo Testamento. São eles: a I Epístola de Clemente, que provavelmente data de fins do século I, e a carta de Inácio de Antioquia aos romanos, de princípios do século II” (Cullmann, 1964, p. 99).



uma posição administrativa, mas porque carrega o testemunho dos apóstolos que consumaram sua missão na cidade por meio do martírio. Esse testemunho fundamenta a função de Roma como referência na unidade da fé, como assevera Gnilka (2006, p. 243):

*As informações que adquirimos ao ocupar-nos de Inácio de Antioquia em sua avaliação da comunidade romana, resulta que ele lhe atribui a presidência na região romana, que ultrapassa a região urbana romana e, paralelamente, uma ilimitada presidência no amor. Essa presidência está ligada ao martírio como o exemplo ideal do amor e da fé, o qual os romanos deram, de forma impressionante, na visão do bispo sírio, e entre eles, em primeiro lugar, os dois apóstolos Pedro e Paulo. Com isso, Roma foi confirmada, de forma singular, como fundação apostólica. Inácio, por sua vez, aspira ao martírio. Para ele, é uma grande honra morrer em Roma.*

Ao projetar sua própria morte, Inácio vê-se na mesma trajetória (Cullmann, 1964, p. 122) e assim como Pedro e Paulo, ele compreende seu martírio como passagem para a liberdade plena em Cristo. A menção aos dois apóstolos imediatamente antes dessa reflexão reforça a continuidade espiritual entre seu destino e o deles. Dessa forma, a tradição do martírio de Pedro, integrada à de Paulo, não apenas consolida a autoridade espiritual da Igreja de Roma, mas também justifica, teologicamente, sua presidência na caridade.

A carta aos Romanos, posterior à clementina, revela uma tradição já consolidada, na qual Pedro e Paulo são apresentados como um par inseparável. Enquanto Clemente os menciona de forma sequencial, Inácio os une diretamente. Pedro aparece sempre em primeiro lugar, possivelmente por ser o mais antigo e pela proeminência entre os apóstolos. Essa associação não é meramente histórica, uma vez que ela cumpre uma função eclesiológica precisa: fundamentar a posição de Roma como Igreja que exerce presidência na comunhão das Igrejas.

Entre todas as suas cartas, é apenas na carta aos Romanos que Inácio menciona Pedro e Paulo juntos. Isso confirma um vínculo especial entre esses apóstolos e aquela comunidade. A ausência do nome de Pedro na carta aos Efésios reforça essa percepção. Enquanto Paulo é citado em Éfeso, Pedro não aparece ligado àquela Igreja, o que sugere, portanto, que Inácio reconhecia a ligação de Pedro exclusivamente com Roma.



A construção da narrativa do martírio de Pedro em Roma se apoia no testemunho convergente de tantos outros Padres da Igreja dos séculos II e III os quais não serão tratados neste artigo de forma detalhada<sup>4</sup>.

Dionísio de Corinto (165-174) afirma que Pedro e Paulo evangelizaram juntos Roma e Corinto e sofreram, lado a lado, o martírio. Irineu de Lyon (século II) reforça essa tradição ao descrever Roma como “a maior e mais antiga igreja, conhecida por todos, fundada e organizada em Roma pelos dois mais gloriosos apóstolos, Pedro e Paulo”. Clemente de Alexandria (século II-III) também confirma que, após pregar em Roma, Pedro levou seus ouvintes a solicitarem que Marcos registrasse seus ensinamentos. Tertuliano (século II-III) é contundente ao declarar que Pedro foi amarrado à cruz em Roma, como Jesus profetizara. E que tanto Pedro quanto Paulo “legaram o Evangelho encerrado em seu sangue” à comunidade romana. Esses testemunhos, distribuídos até o século III, mostram que, nesse período, a tradição do martírio de Pedro em Roma já estava plenamente consolidada. Ela se torna um elemento central na construção da identidade e da autoridade espiritual da Igreja Romana.

## 2 A sucessão romana de Pedro e a consolidação da primazia

A complexidade e a profundidade da Igreja Cristã, em sua incessante jornada pela história, encontram um de seus pilares mais robustos na doutrina da sucessão apostólica. Não é apenas uma teoria abstrata, mas um princípio vital que, desde as origens da fé cristã, delineou sua estrutura e sua identidade. A preocupação com a transmissão fiel do ensinamento dos apóstolos e a autoridade ministerial é uma constante que permeia os primeiros escritos neotestamentários, como evidenciado nas epístolas pastorais (1Tm 4,14; 2Tm 1,6; 2,2; Tt 1,5). Nesses textos, já se vislumbra a noção de que os ministros ordenados deveriam ser constituídos por meio da imposição das mãos, garantindo uma continuidade ininterrupta com o ministério apostólico (Ratzinger, 2005, p. 37).

<sup>4</sup> Ver maiores detalhes em: SÃO PEDRO. In: *Cathopedia: a enciclopédia católica*. [S. l.]: [s. n.], [ca. 2025]. Disponível em: [https://pt.cathopedia.org/wiki/São\\_Pedro](https://pt.cathopedia.org/wiki/São_Pedro). Acesso em: 11 jun. 2025.



## 2.1 O desenvolvimento da doutrina da sucessão apostólica

Com o passar do tempo, essa doutrina que se desenhava nos primórdios da Igreja ganhou maior formulação teológica, especialmente nas mãos dos primeiros Padres da Igreja. Um exemplo notável é Clemente de Roma que, por volta do ano 96, em sua epístola aos coríntios, reafirmava a legitimidade daqueles que, nomeados pelos apóstolos ou seus sucessores, deveriam ser respeitados e obedecidos. A intervenção de Clemente, bispo de Roma, em um momento de turbulência na distante comunidade de Corinto, é um testemunho precoce de uma autoridade que se estendia para além das fronteiras locais, indicando a emergência de uma influência moral e espiritual que seria a base para futuras reivindicações de primazia.

*Também os apóstolos sabiam, por Nosso Senhor Jesus Cristo, que haveria contestações a respeito da dignidade episcopal. Por tal motivo e como tivessem pleno conhecimento do porvir, estabeleceram os acima mencionados e deram, além disso, instruções no sentido de que, após a morte deles, outros homens comprovados lhes sucedessem em seu ministério. Os que assim foram instituídos por eles ou, mais tarde, por outros eminentes homens com a aprovação de toda a Igreja, servindo de modo irrepreensível ao rebanho de Cristo, com humildade, pacífica e abnegadamente, recebendo o testemunho favorável por longo tempo e da parte de todos, não é justo, em nossa opinião, serem depostos de seus ministérios. E não será pequena a nossa falta se depusermos do episcopado aqueles que ofereceram, de maneira santa e irrepreensível, os sacrifícios* (Clemente de Roma, século I, cap. 44).

Posteriormente, Irineu de Lião, em sua incansável luta contra as heresias gnósticas do século II, elevou a sucessão episcopal a um critério essencial de autenticidade doutrinal. Para Irineu, a verdadeira fé não residia em revelações secretas ou conhecimentos esotéricos, mas na tradição pública e verificável dos bispos, que remontava aos próprios apóstolos. Em sua monumental obra, *Adversus Haereses* (III,3,2), Irineu não hesita em destacar a Igreja de Roma como detentora de uma sucessão “mais segura e pública” (*firmissima et antiquissima traditio*), diretamente ligada aos apóstolos Pedro e Paulo, que “fundaram e instruíram essa Igreja”. Por essa razão, a Igreja Romana era, para ele, a norma de verdade (*ad hanc enim ecclesiam propter potentiolem principalitatem necesse est omnem convenire ecclesiam*) para as demais comunidades cristãs, um



farol a guiar na névoa das inovações heréticas, enfatizando sua particular autoridade de ensino e a fidedignidade de sua tradição.

*Mas visto que seria coisa bastante longa elencar, numa obra como esta, as sucessões de todas as igrejas, limitar-nos-emos à maior e mais antiga e conhecida por todos, à igreja fundada e constituída em Roma, pelos dois gloriosíssimos apóstolos, Pedro e Paulo, e, indicando a sua tradição recebida dos apóstolos e a fé anunciada aos homens, que chegou até nós pelas sucessões dos bispos, refutaremos todos os que de alguma forma, quer por ênfatuação ou vanglória, quer por cegueira ou por doutrina errada, se reúnem prescindindo de qualquer legitimidade. Com efeito, deve necessariamente estar de acordo com ela, por causa da sua origem mais excelente, toda a igreja, isto é, os fiéis de todos os lugares, porque nela sempre foi conservada, de maneira especial, a tradição que deriva dos apóstolos (Irineu de Lião, 1995, III, 3,2).*

A riqueza dessa doutrina não se limita a uma mera cadeia de sucessores. Como bem observa Joseph Ratzinger em sua obra *Compreender a Igreja Hoje* (2005), a sucessão apostólica transcende a transmissão funcional de autoridade. Ela se manifesta como um princípio sacramental e eclesial de continuidade com a própria missão de Cristo. A sucessão dos bispos, nesse sentido, torna-se a expressão visível da permanência da missão apostólica na história, garantindo a presença viva de Cristo através da Palavra e dos Sacramentos. A Igreja, portanto, mantém-se apostólica não apenas por preservar a doutrina, mas por conservar viva a prática sacramental e a estrutura de comunhão com aqueles que, ordenados nessa sucessão ininterrupta, testemunham e salvaguardam a fé apostólica, Ratzinger aprofunda que a apostolicidade não é apenas uma característica histórica, mas uma dimensão existencial da Igreja, que vive da perene atualidade do mandato apostólico.

Nesse sentido, Ratzinger não apenas reafirma a doutrina da sucessão apostólica, mas a aprofunda, situando-a no coração da própria identidade e missão da Igreja. Para ele, a sucessão apostólica não é meramente uma cadeia histórica de imposição de mãos, mas uma garantia vital da permanência da Igreja na verdade do Evangelho e na continuidade da missão de Cristo. Ratzinger enfatiza que os Apóstolos foram escolhidos e enviados diretamente por Jesus Cristo, e que sua autoridade e ministério não eram frutos de suas próprias capacidades, mas de uma profunda comunhão com o Senhor. Essa comunhão se estende através dos tempos, não por um mero repasse de poderes, mas pela fidelidade ao depósito da fé e à graça do Espírito Santo que capacita



os sucessores a atuarem em nome de Cristo. Desse modo, a sucessão apostólica é a forma sacramental pela qual a Igreja permanece fiel à sua origem e à sua vocação de ser sacramento universal de salvação (Sarto, 2011, p. 117).

Ratzinger elucida que a doutrina da sucessão apostólica possui uma dimensão intrinsecamente ligada à sacramentalidade da Igreja, especialmente à Eucaristia. A capacidade dos ministros ordenados de tornar presente o sacrifício de Cristo na Eucaristia e de perdoar os pecados não provém de mérito próprio, mas da inserção no colégio apostólico e da graça conferida pelo sacramento da Ordem. Essa compreensão refuta visões que reduzem o ministério a uma função puramente organizacional ou a uma representação da comunidade. Pelo contrário, o bispo, como sucessor dos Apóstolos, age *in persona Christi Capitis*, ou seja, na pessoa de Cristo, Cabeça da Igreja, garantindo a unidade da fé e a transmissão íntegra da tradição apostólica (Ratzinger *apud* Congregação para a Doutrina da Fé, 1998, n. 103). Essa dimensão sacramental da sucessão apostólica assegura que a pregação do Evangelho e a celebração dos sacramentos sejam atos do próprio Cristo, perpetuados na história por meio da Igreja.

*O sacramento designa a tríplice realidade: palavra – testemunha – Espírito Santo e Cristo, que descreve a estrutura específica da sucessão neotestamentária. Do testemunho das Cartas pastorais e dos Atos dos Apóstolos se pode deduzir com alguma certeza que já na geração apostólica se deu a forma da imposição das mãos a esta recíproca vinculação entre pessoa e palavra, com base na fé da presença do Espírito e de Cristo (Ratzinger, 2005, p. 37).*

Não obstante, em sua abordagem sobre a sucessão apostólica, Ratzinger argumenta que a negação ou relativização da sucessão apostólica pode levar a uma fragmentação da fé e a uma perda da unidade eclesial, transformando a Igreja em uma mera associação humana sujeita a interpretações e mudanças arbitrárias. A sucessão apostólica, portanto, não é um obstáculo à liberdade ou à criatividade, mas o alicerce que garante a autenticidade da experiência cristã e a conexão ininterrupta com a fonte da revelação (Ratzinger *apud* Congregação para a Doutrina da Fé, 1998, n. 15). Ao enfatizar a apostolicidade como um dos pilares da Igreja, Ratzinger convida à redescoberta da profundidade teológica e pastoral desse dogma, essencial para a compreensão de sua estrutura, sua missão e sua natureza de mistério de comunhão (Ratzinger, 2005, p. 38).



Complementando essa visão, realça-se a necessidade de compreender a sucessão apostólica tanto em seu aspecto histórico quanto teológico. A perspectiva histórica permite aprofundar-se na origem e no fundamento das noções que o Concílio emprega, ao mesmo tempo em que enfatiza a estrutura hierárquica e a dimensão comunitária da Igreja. Essa perspectiva convida a uma compreensão mais profunda: a sucessão não é um simples mecanismo de autoridade, mas a viva expressão de uma Igreja que é, em sua essência, comunhão de igrejas locais, unidas pela fé comum e pelo ministério apostólico (Ferreira, 2012, p. 58).

Nesse panorama, a Igreja de Roma emerge com um papel singular. A sucessão apostólica foi, gradualmente, sendo cada vez mais identificada com a figura de Pedro. Assim, os bispos de Roma passaram a ser reconhecidos como sucessores de Pedro, o que lhes conferia uma posição de destaque na manutenção da unidade e da ortodoxia. A memória do martírio de Pedro em Roma, tema já abordado, solidificou essa percepção, conferindo à “cidade eterna” um caráter simbólico e espiritual de referência para toda a cristandade nascente (Congregação para a Doutrina da Fé, 1998, n. 3).

## 2.2 A Primazia Romana e suas implicações para a eclesiologia e o diálogo ecumênico

A doutrina da Primazia Romana, alicerçada na sucessão apostólica de São Pedro e reconhecendo os fundamentos neotestamentários (cf. Mt 16,18-19; Lc 22,32; Jo 21,15-17), ocupa um lugar central na eclesiologia católica e apresenta implicações significativas para o diálogo ecumênico. Este capítulo visa explorar os fundamentos teológicos, seu desenvolvimento histórico e as perspectivas ecumênicas contemporâneas, com base em documentos oficiais da Igreja.

A base teológica da primazia do Bispo de Roma reside não apenas na interpretação das passagens bíblicas que associam Pedro a um papel singular de liderança, mas profundamente na Tradição da Igreja que, desde os primeiros séculos, testemunha a centralidade da Sé de Roma. Padres da Igreja, como Santo Inácio de Antioquia e São Cipriano de Cartago, já reconheciam a importância da Igreja de Roma como um centro de unidade e referência para a ortodoxia, um ponto de convergência para a manutenção da fé apostólica. A teologia do primado, portanto, desenvolveu-se a partir de uma compreensão eclesiológica que via na Sé petrina uma garantia de coesão doutrinal e comunhão.



Nesse sentido, ao longo da história, a primazia romana manifestou-se de diversas formas. A Carta de Clemente aos Coríntios, escrita no final do século I, demonstra como o Bispo de Roma interveio em uma disputa em uma igreja distante, exercendo uma autoridade moral e pastoral (Clemente de Roma, século I, n. 1,1).

Nos séculos seguintes, o papel do Papa cresceu em resposta a crises doutrinárias e heresias (Denzinger-Hünemann, 2007, p. 125-174). Embora os grandes concílios ecumênicos da Antiguidade, como o Concílio de Niceia (325) e o Concílio de Calcedônia (451), tenham sido convocados por imperadores romanos, o bispo de Roma e seus legados desempenharam papel fundamental na definição da doutrina ortodoxa e na condenação das heresias.

A relação de Roma com outras sés importantes, como Alexandria, Antioquia e Constantinopla, nem sempre foi harmoniosa (Dvornik, 1966). A ascensão de Constantinopla como a nova capital do Império Romano do Oriente gerou tensões e rivalidades, especialmente no que diz respeito à extensão da autoridade do Bispo de Roma. A “primazia de honra” (*primus inter pares*), inicialmente concedida a Roma devido à sua tradição petrina e sua posição na capital do Império, gradualmente evoluiu para uma “primazia de jurisdição,” na qual o Bispo de Roma começou a exercer uma autoridade mais direta sobre outras dioceses e províncias (Congregação para a Doutrina da Fé, 1998, n. 8), um processo que se consolidaria ao longo do primeiro milênio da era cristã.

Outrossim, o Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, oferece a formulação teológica contemporânea mais abrangente do primado. Ele reafirma que “o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é o princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade, tanto dos bispos como da multidão dos fiéis” (Concílio Vaticano II, 1996, n. 23). Esta definição é crucial, pois situa o primado não como uma autoridade isolada, mas como um serviço inerente à unidade eclesial. Além disso, o Concílio sublinha que a primazia deve ser entendida dentro do contexto da colegialidade episcopal. Os bispos, em união com o Papa, formam um colégio que exerce a autoridade pastoral sobre a Igreja universal, com o Papa como sua cabeça. Essa interdependência entre primado e colegialidade é um pilar da eclesiologia do Vaticano II, que busca superar visões meramente monárquicas ou centralizadoras. O ministério petrino, nesse sentido, é compreendido como um serviço



ao episcopado universal, visando fortalecer a fé dos irmãos e preservar a integridade da comunhão (cf. Lc 22,32).

Joseph Ratzinger sublinha que a primazia do bispo de Roma só pode ser compreendida plenamente dentro da estrutura colegial do episcopado. A função do papa, longe de substituir os demais bispos, é ser o “princípio e fundamento perpétuo e visível de unidade”, como magistralmente definido pelo Concílio Vaticano II na *Lumen Gentium* (1996, n. 23). Ratzinger insiste que essa primazia tem como finalidade primordial garantir a comunhão, e não instaurar a dominação. Ela é a expressão viva da missão confiada a Pedro de “confirmar os irmãos na fé” (Lc 22,32), um serviço de amor e unidade para toda a Igreja.

*Deveríamos ainda ter presente no nosso espírito que não podemos estar em comunhão com o Senhor, se não estivermos em comunhão uns com os outros, que, se estamos unidos a Ele, também temos de estar unidos uns aos outros e assim, formarmos uma unidade. É com base nestes pressupostos que, na celebração da Eucaristia, o Papa e o Bispo são referidos pelo nome; não se trata de um simples acaso externo, mas de uma necessidade interna, porquanto a celebração da Eucaristia não é apenas um encontro entre o Céu e a Terra, mas também encontro entre a Igreja do passado e a do presente, entre a deste lugar e a daquele outro. A Eucaristia pressupõe a entrada visível na sua unidade visível e manifesta. Os nomes do Papa e do Bispo significam que celebramos, realmente, a mesma Eucaristia de Jesus Cristo e que só a podemos receber na mesma Igreja (Ratzinger, 2005b, p. 12).*

Nesse sentido, uma releitura contemporânea e essencial do papel da Sé Romana aponta que a teologia atual, em profunda sintonia com o Vaticano II, busca integrar a primazia do bispo de Roma à eclesiologia de comunhão, superando modelos juridicistas que marcaram o passado. A autoridade petrina é, hoje, compreendida como um “serviço à unidade” e não como uma imposição unilateral. Essa perspectiva não é apenas teologicamente rica, mas fundamental para o diálogo ecumênico e para a compreensão da catolicidade da Igreja em sua plenitude (Ferreira, 2012, p. 58-61).

Cumpra ainda ressaltar que o diálogo ecumênico contemporâneo apresenta novos desafios e oportunidades para a compreensão do ministério petrino e de sua função primacial. A Igreja Católica, em documentos como a Encíclica *Ut Unum Sint* de São João Paulo II, reconhece que a primazia é um tema sensível para outras tradições cristãs e convida a um



diálogo fraterno sobre o exercício do ministério petrino. O documento enfatiza a necessidade de encontrar “uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova” (João Paulo II, 1995, n. 95). O referido documento expressa o desejo de que os pastores e teólogos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais possam “refletir, juntamente conosco, sobre as formas com que o ministério do Bispo de Roma poderá realizar um serviço de amor reconhecido por todos” (João Paulo II, 1995, n. 96).

A Igreja Católica reconhece que existem elementos de verdade e santidade em outras tradições cristãs e está empenhada em promover a unidade entre todos os cristãos (Concílio Vaticano II, 1968, n. 3). O Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos tem desempenhado um papel importante nesse diálogo, buscando pontos de convergência e superando obstáculos. A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 1999 pela Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial, é um exemplo notável de progresso no diálogo ecumênico, ao demonstrar que é possível superar séculos de controvérsia e encontrar um terreno comum em questões teológicas fundamentais.

Em suma, a perspectiva ecumênica sobre o primado envolve a busca de um equilíbrio entre a fidelidade à doutrina católica e a abertura ao diálogo com outras tradições cristãs. A “conversão do papado” em suas modalidades de exercício, pode facilitar o reconhecimento do ministério petrino como um “serviço de unidade” para todas as Igrejas. Essa abordagem visa que esse ministério petrino possa, de fato, constituir um elo de comunhão, respeitando a legítima diversidade e as tradições de cada Igreja particular, em um esforço contínuo de escuta e acolhimento mútuo, buscando a plena e visível unidade querida por Cristo (Dicastério para a Promoção da Unidade dos Cristãos, 2020, n. 15-18).

## Conclusão

Este artigo empreendeu uma análise sobre a intrínseca relação entre a figura do apóstolo Pedro e a Igreja de Roma, e como essa conexão, sobretudo no período do cristianismo primitivo até o século III, configurou a autoridade eclesiástica. Partiu da hipótese de que a crença no martírio de Pedro em Roma, apesar de detalhes históricos por vezes incertos, foi decisiva para a consolidação da autoridade da Igreja Romana, moldando sua identidade e suas relações inteclesiais. Complementarmente, defende-se que a formulação da doutrina da sucessão apostólica, ancorada



em Pedro, forneceu a base teológica para a afirmação do primado do Bispo de Roma e para a estruturação hierárquica da Igreja.

Na primeira parte, explorou-se a construção da narrativa do martírio de Pedro em Roma, desde as tradições apócrifas até a consolidação patrística. Demonstrou-se como, apesar da carência de evidências diretas nos textos canônicos mais antigos, essa memória foi sistematicamente elaborada e difundida, conferindo a Roma um singular prestígio apostólico. A análise das fontes patrísticas, como a Carta de Clemente aos Coríntios e os escritos de Inácio de Antioquia, revelou como o testemunho martirial de Pedro e Paulo não apenas legitimou a intervenção romana em outras comunidades, mas também fundamentou teologicamente sua “presidência na caridade” e seu papel de referência na unidade da fé.

Na segunda parte, aprofundou-se a doutrina da sucessão apostólica, destacando sua importância para a continuidade da missão de Cristo na Igreja. A contribuição de Irineu de Lião, que elevou a sucessão episcopal a um critério de autenticidade doutrinária, e a perspectiva sacramental de Joseph Ratzinger sobre a apostolicidade, que a vincula à presença viva de Cristo na Eucaristia e no ministério, foram cruciais para compreender como Roma emergiu como um polo de unidade e ortodoxia. Por último, examinou-se como a Primazia Romana, compreendida como um serviço à unidade e à comunhão, se tornou um tema central no diálogo ecumênico contemporâneo. Os documentos oficiais da Santa Sé revelam o convite ao diálogo sobre as modalidades de exercício do primado, buscando sua “conversão” para que possa ser reconhecido como um “serviço de amor” por todas as Igrejas cristãs, em um esforço contínuo pela plena e visível unidade.

Em síntese, a pesquisa demonstra que a autoridade da Igreja de Roma e de seu bispo não são meros produtos de reivindicações institucionais tardias, mas sim o resultado de um complexo e progressivo desenvolvimento histórico-teológico. Esse processo, intrinsecamente ligado à memória de Pedro e à doutrina da sucessão apostólica, forjou uma instituição que se tornou um “princípio e fundamento perpétuo e visível de unidade” no cristianismo. A trajetória de Pedro em Roma, seu martírio e a subsequente articulação de sua sucessão, longe de serem apenas dados históricos, constituem elementos vivos que continuam a interpelar a compreensão da eclesiologia e a impulsionar o compromisso ecumênico da Igreja hoje.



## Referências

ATOS apócrifos de Pedro. Introdução e tradução de Valtair Afonso Miranda. São Paulo: Paulus, 2018.

FERREIRA, Antônio Luiz Catelan. A Eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II: antecedentes históricos. In: *revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, n. 62, v. 27, p. 51-79, maio/ago. 2012.

CATHOPEDIA: a enciclopédia católica. [S. l.]: [s. n.], [ca. 2025]. Disponível em: [https://pt.cathopedia.org/wiki/São\\_Pedro](https://pt.cathopedia.org/wiki/São_Pedro). Acesso em: 11 jun. 2025.

CLEMENTE DE ROMA. *Carta aos Coríntios*, Séc 1. Disponível em: <https://www.teologiaparatodos.com.br/Promocionais/1cartadeclemente aoscorintios.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja. 21 de novembro de 1964. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONCÍLIO VATICANO II. Unitatis Redintegratio: Decreto sobre o Ecumenismo. In: *Documentos do Concílio Vaticano II*: Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *O Primado do Sucessor de Pedro no Mistério da Igreja*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1998. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19981031\\_primato-successore-pietro\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19981031_primato-successore-pietro_po.html). Acesso em: 15 jun. 2025.

CULLMANN, Oscar. *Pedro discípulo, Apóstolo e Mártir*. História e Teologia. São Paulo: Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1964.

DENZINGER-HÜNERMANN. *Compêndio dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé*. São Paulo: Loyola, 2007.

DICASTÉRIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *O Bispo e a Unidade dos Cristãos: Vademecum Ecumênico*, 2020. Disponível em: <https://www.christianunity.va/content/dam/unitacriscristiani/Documentazione%20generale/2020Vademecum/Vademecum-PT-GARAMOND.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DICASTÉRIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Il Vescovo di Roma: Primato e sinodalità nei dialoghi ecumenici e nelle*



risposte all'enciclica *Ut Unum Sint*: documento di studio. Città do Vaticano: Dicastero per la promozione dell'unità dei cristiani, 2024.

DVORNIK, Francis. *Byzantium and the Roman Primacy*. New York: Fordham University Press, 1966.

EUSÉBIO DE CESAREIA. História Eclesiástica II, 13-14. In: *Cathopedia*: a enciclopédia católica. [S. l.]: [s. n.], [ca. 2025]. Disponível em: [https://pt.cathopedia.org/wiki/São\\_Pedro](https://pt.cathopedia.org/wiki/São_Pedro). Acesso em: 11 jun. 2025.

GNILKA, Joachim. *Pedro e Roma*: a figura de Pedro nos dois primeiros séculos. São Paulo: Paulinas, 2006.

IRINEU DE LIÃO. *Contra as heresias*. Introdução, notas e comentários de Helcion Ribeiro; organização das notas bíblicas de Roque Frangiotti; tradução de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

JOÃO PAULO II. *Ut Unum Sint*: Carta Encíclica sobre o Compromisso com o Ecumenismo. São Paulo: Loyola, 1995.

JUSTINO, I. Apologia, XXVI. In: *Cathopedia*: a enciclopédia católica. [S. l.]: [s. n.], [ca. 2025]. Disponível em: [https://pt.cathopedia.org/wiki/São\\_Pedro](https://pt.cathopedia.org/wiki/São_Pedro). Acesso em: 11 jun. 2025.

LACTÂNCIO. *De mortibus persecutorum*, II. In: *Cathopedia*: a enciclopédia católica. [S. l.]: [s. n.], [ca. 2025]. Disponível em: [https://pt.cathopedia.org/wiki/São\\_Pedro](https://pt.cathopedia.org/wiki/São_Pedro). Acesso em: 11 jun. 2025.

RATZINGER, Joseph. *Compreender a Igreja Hoje*: vocação para a comunhão. Petrópolis: Vozes, 2005a.

RATZINGER, Joseph. *Deus próximo de nós*: a eucaristia centro da vida. Lisboa: Tenacitas, 2005b.

SARTO, Pablo Blanco. *La teología de Joseph Ratzinger*: Una introducción. 1. ed. Madrid: Ediciones Palabras, 2011.